

DEPRECIÇÃO PATRIMONIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE DEPRECIÇÃO EM BENS MÓVEIS

Daniel Felipe Moraes Schaurich
Tecnólogo em Marketing. danielfelipemoraes@hotmail.com
Felipe da Rosa Quintao
Mestre em Administração. felipe.quintao@ifsc.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo a análise de dados referentes à depreciação patrimonial de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, onde busca-se informações referentes à aplicação da depreciação em bens móveis no setor público. A pesquisa foi realizada através de informações contábeis públicas da própria instituição e disponíveis em endereços eletrônicos do governo federal. A coleta de dados teve também como base a pesquisa bibliográfica. Percebe-se com o levantamento das informações que a Instituição analisada não aplica a depreciação de bens móveis proporcionalmente à depreciação aplicada aos seus bens imóveis, bem como também não aplica as porcentagens sugeridas pela receita federal, estando também em desacordo com a legislação vigente no quesito depreciação. O processo existente aparenta ser falho e incompleto, além de não incorporar a totalidade das normas atuais e, sendo assim, necessita ser atualizado e repensado. Com isso conclui-se que a importância devida ao processo de depreciação não está sendo respeitada, e não somente pela instituição analisada. Comparando com informações bibliográficas percebe-se que o assunto-problema é abordado por vários autores em diversos períodos distintos.

Palavras chave: Depreciação. Gestão Patrimonial. Gestão de Processos. IFSC.

ABSTRACT

This article has an objective to analyze data about depreciation from a Federal Institute of Education, Science and Technology, where we look for information on depreciation applications of movable assets in the public sector. This survey was conducted through the institution's own public accounting information and is available at federal government website addresses. The data collection was also based on a literature search. It can be seen from the information gathered that the Institution analyzed does not apply depreciation of movable property in proportion to the depreciation applied to its real estate, as well as does not apply the percentages suggested by the federal revenue, also in disagreement with the current legislation about depreciation. The existing process appears to be flawed and incomplete, also does not incorporate all current rules and therefore needs to be updated and rethought. Thus it is concluded that the importance due to the depreciation process is not being respected, and not only by the analyzed institution. Comparing with bibliographic information, it is clear that the problem is approached by several authors in several distinct intervals.

Keywords: Depreciation. Asset Management. Processes management. IFSC.

1 INTRODUÇÃO

A recente adoção, em 2008, das normas internacionais de contabilidade por parte do Conselho Federal de Contabilidade auxiliou na elaboração das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, conhecidas como NBCT SP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público – que trouxe consigo importantes alterações contábeis ao setor.

Essa convergência com as normas internacionais para o setor público possibilita a equiparação de resultados alcançados pelos governos de maneira mais igualitário, além também de ampliar a qualidade da evidenciação contábil do setor público (VICENTE; MORAIS; PLATT NETO, 2012).

Com tal convergência a contabilidade aplicada ao setor público mudou o foco para o patrimônio das instituições, elevando assim o controle na gestão patrimonial. Uma das principais variações agora é a depreciação (TORRES JUNIOR; SILVA, 2003).

Por mais que sempre tenha estado presente na contabilidade, pública inclusive, antes da adoção de normas internacionais a depreciação não tinha muito espaço nas instituições. Mesmo prevista em leis como a nº 4.320/1964 e também na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ela se tornou obrigatória apenas nos resultados de demonstrativos contábeis a partir de 2012.

Com base nessa recente adoção a normas, que resultaram num enfoque maior sobre a gestão patrimonial e controle patrimonial das instituições, surge um dos pontos mais delicados trazido pela “nova” contabilidade brasileira aplicada ao setor público, a depreciação. Essa condição delicada será o foco das análises do presente artigo, que tem por objetivo avaliar as consequências da ausência de depreciação de bens móveis através da análise de dados referentes à depreciação patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial é formada por um conjunto de atividades que englobam desde a compra e recebimento de bens até sua manutenção e conservação (KUMMER, 2011). Sendo assim a gestão de patrimônio envolve operações de diferentes setores das instituições e é responsável pela

conservação, manutenção e controle dos bens patrimoniais.

Formado por bens de diferentes naturezas e espécies o patrimônio é compartilhado de acordo com sua função dentro de uma organização, o que exige um planejamento estratégico particular, tendo em vista o que a ausência desse planejamento pode causar. A gestão patrimonial deve fornecer uma perspectiva diferente, sistêmica, sobre os demais recursos das organizações, devendo ser tratado pela gestão como prioridade (TORRES JÚNIOR; SILVA, 2003).

As organizações dependem de diferentes tipos de recursos para terem garantido um bom funcionamento e operacionalização, recursos estes divididos entre recursos materiais, humanos, tecnológicos, financeiros e patrimoniais. (MARTINS, 2006).

Os recursos patrimoniais são bens tangíveis de natureza permanente, que podem ser subdivididos em bens imóveis, instalações e materiais permanentes. Materiais permanentes são os considerados com duração superior a dois anos levando em consideração, entre outros, a sua durabilidade, fragilidade e perecibilidade (FENILI, 2016).

O controle patrimonial, de responsabilidade da gestão patrimonial da instituição, é realizado através de diferentes atividades, sendo o inventário a atividade que mais se destaca. Essa atividade é considerada uma ferramenta de controle de estoques e de bens patrimoniais, nela efetua-se a contagem de todos os materiais do almoxarifado e bens patrimoniais sob responsabilidade da instituição (FENILI, 2016).

O controle e acompanhamento na gestão patrimonial são importantes, sendo o procedimento de inventário muito relevante no acompanhamento das mutações e alterações sofridas pelo patrimônio, além de indicar se o mesmo encontra-se na localização e com a mesma finalidade a que foi solicitado (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2002).

Esse acompanhamento e controle proporcionados pela execução de inventários, aliado a rigorosos estudos acerca do patrimônio, tornam possível o acompanhamento dos valores reais dos bens patrimoniais e conseqüentemente possibilitam uma melhoria nos ajustes contábeis e depreciativos (MIRANDA et al., 2010).

2.2 DEPRECIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Em conformidade com a legislação vigente fica explícita a obrigatoriedade do reconhecimento da depreciação de bens patrimoniais. Além disso é importante a apuração dos valores mensalmente (GRACILIANO; FIALHO, 2012).

Os conceitos dentro da contabilidade nunca são fáceis de serem definidos, o mesmo se estende e se aplica a uma definição do conceito da depreciação (IUDÍCIBUS, 2006, p. 205).

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 325), a depreciação “é o processo de alocação do valor de entrada, geralmente o custo original ou corrigido, de instalações e equipamentos, aos vários períodos durante os quais se espera obter os benefícios decorrentes de sua aquisição e seu emprego”.

Genericamente falando esses valores depreciativos deveriam ser analisados como despesa dentro da contabilidade (CRUZ, 2002). Esse conceito pode ser visto também como uma maneira de quantificar a redução dos valores de bens patrimoniais. Com base no desgaste desses ativos imobilizados, bem como o obsolescimento ou até mesmo em função de inovações tecnológicas, a depreciação busca atualizar os valores de acordo com a realidade e condição de cada bem (CARVALHO; CECCATO, 2011).

A depreciação torna a contabilidade pública mais transparente e também proporciona um acompanhamento mais fácil por parte da sociedade com relação aos bens patrimoniais das instituições públicas (SOUZA; GAMA, 2010). Mesmo constatando a importância da depreciação no setor público ainda é possível notar a ausência da mesma em larga escala.

Essa ausência na exigência de depreciação de bens móveis no setor público é prejudicial para o controle patrimonial, porém por mais que não seja exigida por lei a depreciação é amplamente abordada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI – do Governo Federal dentro dos manuais da SADIPEM – Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

O manual SIAFI aborda em sua Macrofunção 020330 procedimentos relacionados a depreciação, amortização e exaustão na administração federal. Por mais que não se trata de lei ou exigência da contabilização da depreciação, esse manual traz informações claras de que a depreciação no setor público engloba não apenas os bens imóveis, mas também os bens móveis das instituições.

3 METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A pesquisa “é o procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar

respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2007, p. 17). Sendo assim, a referida pesquisa tem como objetivo a apresentação de um problema presente no setor público brasileiro, em específico nos Institutos Federais, sendo a presente pesquisa baseada em estudos bibliográficos e documentais.

A pesquisa bibliográfica é elaborada sobre um material já publicado, material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, etc. Pesquisa documental é aquela confeccionada sobre dados já existentes, de documentos geralmente encontrados dentro das organizações pesquisadas (GIL, 2010).

Pode-se definir a presente pesquisa também como exploratória por se tratar de um processo investigativo que possibilita o conhecimento do verdadeiro problema por trás dos sintomas. Com a descoberta do problema inicia-se o processo de proposição de uma metodologia mais estruturada, que pode possibilitar uma solução ao problema original (GONÇALVES, 2004).

3.2 INSTITUIÇÃO ANALISADA

Antes de conhecermos os possíveis problemas devemos nos inteirar mais sobre a instituição pesquisada. Os Institutos Federais são autarquias do governo federal subordinadas ao Ministério da Educação (MEC), além também de se configurar hoje “como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (PORTAL DA REDE FEDERAL, 2016).

Criado em Florianópolis em 1909, o Instituto Federal de Santa Catarina era conhecido como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e tinha como objetivo proporcionar formação profissional atendendo à demanda dos setores produtivos e da sociedade na época (O IFSC, [2019]).

Alguns anos após a criação da instituição passou por outros nomes como “Liceu Industrial de Florianópolis”, “Escola Industrial de Florianópolis” e “Escola Técnica Federal”. Em 1962, ainda sob a definição de Escola Industrial, a instituição foi transferida para uma nova sede, localizada na avenida Mauro Ramos, no centro de Florianópolis, onde hoje funciona o Câmpus Florianópolis do IFSC, o mais antigo da rede no Estado (O IFSC, [2019]).

Em 2002 todas as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação, conhecidos como Cefet. A instituição Cefet-SC só passou a ser conhecida como Instituto Federal com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2008, através da Lei 11.892/2008. Atualmente o IFSC possui 22 Câmpus implantados e estão

distribuídos estrategicamente em todas as regiões do Estado de Santa Catarina,

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise e coleta de informações foi feita com base em documentos públicos disponíveis na internet, tanto sob domínio do governo quanto sob domínio da própria instituição.

No setor público federal, em específico nos Institutos Federais, a utilização da depreciação nos ativos imobilizados não é comum, o que resulta numa falha de mensuração contábil nos valores patrimoniais da união, não mostrando assim os valores reais e atualizados disponíveis para utilização e manutenção das atividades exercidas por cada autarquia.

Segundo dados disponíveis no relatório de gestão 2018 do Instituto Federal, o Instituto Federal de Santa Catarina possuía, ao final de 2018, um total de ativos não circulantes (imobilizados) de R\$ 643.974.939,00 (Relatório de Gestão 2018, p. 143).

Esse relatório de gestão é um documento público publicado anualmente com o objetivo de fomentar a transparência pública nas atividades da instituição mostrando, entre outros, como o Instituto atuou em busca do alcance dos objetivos e como alocou os recursos e medidas de controle durante o ano.

No relatório de 2018, na página 143, é possível notarmos que a instituição aplicou um sistema de depreciação, mesmo que o mesmo não tenha abrangido o total de bens patrimoniais da rede. Percebe-se também que houve maior desvalorização contábil nos bens patrimoniais imóveis se comparados aos valores depreciados dos bens patrimoniais móveis desse ano.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p.325) a depreciação “é o processo de alocação do valor de entrada, geralmente o custo original ou corrigido, de instalações e equipamentos, aos vários períodos durante os quais se espera obter os benefícios decorrentes de sua aquisição e seu emprego”.

Sendo assim o período de 2018 teve uma aplicação de Depreciação/Amortização/Exaustão, tanto nos bens móveis quanto nos bens imóveis. Com base nisso buscou-se mais informações quanto ao assunto nos Relatórios de Gestão de 2017 e de 2016. Em ambos os relatórios houve a aplicação de depreciação de bens imóveis mas apenas em 2017 houve a aplicação de depreciação de bens móveis. Além de não ter sofrido desvalorização em 2016 essa totalidade de bens móveis sofreu uma depreciação muito reduzida nos anos que seguiram, tanto no período de 2017 quanto no período de 2018.

Porém, mesmo com a aplicação de um sistema de depreciação, vale destacar que a aplicação da depreciação nos bens móveis não segue as instruções e legislação vigente acerca do assunto. Sendo assim ainda analisando o relatório de gestão de 2018 é possível obtermos os valores totais dos bens móveis da Instituição que, segundo ele, totalizavam o montante de R\$ 175.241.283,00 em 2018. Seguindo o documento, ainda no demonstrativo, é possível notarmos alguns itens denominados como “depreciação”. Na imagem abaixo, retirada do relatório de gestão do IFSC de 2018, buscou-se identificar a aplicação de depreciação ou qualquer outra desvalorização contábil, conforme segue:

Figura 1 – Demonstrativo Contábil

| ESPECIFICAÇÃO | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| ATIVO CIRCULANTE | R\$57.462.024 | R\$10.469.007 |
| Bens Móveis | R\$175.241.558 | R\$169.765.269 |
| (-) | | |
| ● Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -R\$275 | -R\$275 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | - | - |
| Bens Imóveis | R\$468.733.656 | R\$461.567.508 |
| Bens Imóveis | R\$470.295.591 | R\$462.302.471 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -R\$1.561.935 | -R\$734.962 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | - | - |
| Intangível | R\$4.413.718 | R\$4.189.239 |
| Softwares | R\$4.413.718 | R\$4.189.239 |
| Softwares | R\$4.420.009 | R\$4.195.530 |
| ● (-) Amortização Acumulada de Softwares | -R\$6.291 | -R\$6.291 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | - | - |

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – Instituto Federal de Santa Catarina

Conforme os dados acima podemos notar que existe a aplicação de depreciação na Instituição, porém analisando os valores podemos notar que a mesma não se aplica a totalidade dos bens em posse do IFSC. Fazendo uma análise mais detalhada notamos que a porcentagem de

depreciação aplicada aos bens móveis é de apenas 0,0001569 % sobre o total dos bens.

Segundo a Macrofunção 020330, do SIAFI, os bens passíveis de depreciação vão além de imóveis e veículos, abrangente também bens móveis utilizados em atividades operacionais, bens móveis e imóveis utilizados em pesquisas e desenvolvimentos de produtos e processos, entre outros. Isso reitera a necessidade em se aplicar cálculos depreciativos sobre todos os bens móveis da instituição que atendam as instruções da Macrofunção 020330 do SIAFI.

Ainda em relação ao registro da depreciação é indicado, como obrigatoriedade, o seu reconhecimento contábil. Os valores referentes à depreciação devem ser reconhecidos como decréscimo patrimonial, desvalorização, presentes no balanço patrimonial e representadas como valor descontado no respectivo ativo (Silva, 2009).

Seguindo os relatórios de gestão referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018 é possível notar que são aplicados aos bens imóveis da Instituição cálculos de desvalorização, porém ao analisar a aplicação dessa desvalorização nos bens móveis percebe-se uma baixa proporção na aplicação dessa depreciação. Na imagem abaixo buscou-se demonstrar a proporção entre a aplicação de possíveis cálculos de desvalorização em bens móveis e bens imóveis:

Tabela 1 – Depreciação Patrimonial por Período

| Período | 2016 | 2017 | 2018 | Total de Depreciação Acumulada (R\$) |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------------------|
| Bens Móveis | 158.195.240,80 | 169.765.269,19 | 175.241.558,00 | 550,02 |
| Depreciação por Período | 0,00 | 275,02 | 275,00 | |
| Bens Imóveis | 411.677.656,05 | 462.302.470,58 | 470.295.591,00 | 2.819.443,70 |
| Depreciação por Período | 522.546,57 | 734.962,13 | 1.561.935,00 | |

Fonte: Relatório de Gestão 2016, 2017 e 2018 – Instituto Federal de Santa Catarina

O motivo para essa diferença na proporção de valores depreciados entre bens móveis e imóveis pode estar na responsabilidade a quem é designada o controle sobre esses patrimônios. Os bens imóveis são de responsabilidade do governo federal, sob a gestão direta do Ministério do Planejamento através da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, enquanto a gestão dos bens móveis é de responsabilidade de cada órgão e instituição.

A contabilização das perdas de valor de bens através de depreciação, amortização ou exaustão resulta em uma gestão patrimonial mais eficiente e confiável (SILVA, 2009). Segundo o MCASP (2019) depreciação “é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de

utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”. Além disso, ainda segundo o MCASP (2019), “A depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso”.

É possível notarmos assim que com essa baixa porcentagem de depreciação de bens móveis, os valores contábeis referentes ao patrimônio da Instituição e, conseqüentemente da união, acabam por se desprenderem do valor patrimonial atualizado. Essa ausência de um sistema e processo de depreciação consolidado distorce a capacidade que a instituição tem em atender a sociedade, bem como também distorce a percepção de valor por parte da sociedade.

Mesmo assim vale considerar que a depreciação possa ser, pelo menos em grande parte, mais em função do tempo do que da própria utilização dos bens. Sendo assim a potencialidade da depreciação pode ser realizada de forma igual em cada período (IUDÍCIBUS, 2006, p. 207)

A coleta de dados tem por objetivo dar caráter científico ao trabalho, coletando dados e fatos e não simplesmente opiniões (CAMPOS, 2004). Ela também pode relacionar os problemas e destacar a frequência em que ocorreram para padronizar a coleta das informações (ROCHA, 2008).

Com isso, partimos para o planejamento de uma ação que visa a promoção de uma solução para os problemas apresentados. Segundo Aguiar (2002), o objetivo de um plano de ação “é dispor um cronograma de planejamento da execução, de monitoramento de trabalhos ou projetos e acompanhamento da implementação de medidas a serem usadas”.

A aplicação de um sistema de depreciação já vem sendo utilizado pela instituição, porém não de modo padronizado. Um dos passos para a promoção de uma solução para a “quase ausência” da depreciação de bens móveis está concentrado na construção de um plano de trabalho que tenha por objetivo o estudo da aplicabilidade de um sistema mais amplo de depreciação, conforme legislações vigentes.

Tal plano de trabalho será gerido com auxílio de um grupo de trabalho (GT), que seria responsável por mapear o processo e aplicar as alterações cabíveis para a padronização das atividades e etapas constantes nele, visando não apenas o alcance de um modelo prático mas também um modelo atualizado e em conformidade com a legislação atual, a qual prevê a necessidade de depreciação de bens móveis e não apenas de bens imóveis.

A depreciação que era calculada sobre bases históricas perdeu sua significação, por resultar em abordagens superficiais e possíveis prejuízos para a determinação do custo dos produtos e serviços (IUDÍCIBUS et al, 1998, p. 207). Atualmente o sistema de depreciação

conta com tabelas padronizadas de acordo com a natureza dos materiais e bens, as quais já indicam as porcentagens de depreciação sugeridas.

Além disso também é possível tomar como base de cálculo planilhas de depreciação já existentes, e utilizadas como base para tal processo como referência de cálculo. Citada por Cruz (2007), a tabela de depreciação trata também da duração média dos bens patrimoniais comuns ao setor estatal brasileiro.

Mesmo com base em um documento de cálculo da Receita Federal vale lembrar que o mesmo não se trata de uma norma ou lei mas de um documento norteador, sendo assim essa utilização de tabelas de padronização de depreciação podem, eventualmente, não serem adequadas à realidade de determinada instituição (CARVALHO; CECATTO, 2011).

A tabela da Receita Federal além de citar sobre o prazo de vida útil dos bens, sejam quais forem, cita também a taxa anual de depreciação a ser aplicada. Com base nisso os próximos passos seriam a efetivação do processo englobando todos os bens passíveis de depreciação e a efetivação da aplicação da desvalorização dos bens com base nas porcentagens definidas pelo grupo de trabalho. O resultado disso seria um processo padronizado para promover a incidência da depreciação de bens patrimoniais móveis na instituição, garantindo assim uma gestão mais transparente e com números condizentes com a realidade patrimonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se definir que uma das implicações que contribuem negativamente com as informações relacionadas aos bens da instituição analisada, bem como de bens relacionados ao governo federal, é a ausência de uma padronização efetiva relacionada à depreciação de bens móveis.

O possível motivo para isso está na aplicação relativamente recente das novas normas de contabilidade, as quais passaram a exigir o cálculo de depreciação também de bens móveis no setor público. A percepção do impacto dessa ausência fica clara ao analisarmos os números de bens patrimoniais móveis e imóveis, e suas respectivas depreciações por período, relativos aos relatórios de gestão dos anos de 2016, 2017 e 2018.

A leitura dos resultados mostraram o reflexo negativo que essa ausência de depreciação causa na percepção de valores por parte da sociedade, uma vez que os valores relativos a bens patrimoniais do governo e das instituições públicas fica defasado e desatualizado, mostrando assim

números muito além dos encontrados na realidade.

Por fim, diante do exposto, percebe-se a importância da existência de um processo ou sistema eficiente e efetivo de depreciação aplicado ao setor público, que traria consigo uma maior transparência às informações relacionadas aos bens patrimoniais das instituições públicas (SOUZA; GAMA, 2010). Além de tal processo, contribuiria também com a correta avaliação dos bens e a correta interpretação contábil dos valores pós depreciação, resultando numa maior transparência na gestão dos recursos e numa maior eficiência e eficácia na busca pelos objetivos das instituições.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Silvio. **Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigma**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Gestão pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula** – Brasília: MP, SEGES, 2003.

BRIMSOM, James A. **Contabilidade por Atividades**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CAMPOS, Vicenti Falconi. **Controle da qualidade total (no estilo japonês)**. Nova Lima: Editora Falconi, 2004.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual completo de contabilidade pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CRUZ, Flavio da. **Auditoria Governamental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, Flávio da; PLATT, Orion Augusto. **Contabilidade de custos para entidades estatais: metodologia e casos simulados**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: Como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DELAZARE, Elika Capucho; SOUZA, Janete P. Vieira Machado; GAMA, Janyluce Rezende. **A depreciação como fonte de informação gerencial em entidades públicas: um estudo de caso no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)**. In: XVII Congresso Brasileiro de Custos, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, André Ribeiro. **Gestão de processos, módulo 3**. Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais. Brasília: ENAP / DDG, 2013. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2332/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%203%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Processos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

GRACILIANO, Erivelton Araújo; FIALHO, Wilton C. Dutra. Registro da Depreciação na Contabilidade Pública: uma contribuição para o Disclosure de Gestão. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 14 – 21, jan/abr. 2013.

HARRINGTON, H. James. **Aperfeiçoando Processos Empresariais**: estratégia revolucionária para o aperfeiçoamento da qualidade, da produtividade e da competitividade. São Paulo: Makron Books. 1993.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IMPRESA NACIONAL, Escritório de Processos. **Manual de Referência de Mapeamento de Processos**. 1ª Edição. APLAN/DIRGE/IN/CC/PR: Brasília, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/documents/20181/777900/Manual+de+Mapeamento+de+Processos+IN_print.pdf/4396ef82-a74b-483b-9355-6cdbe448d185. Acesso em: 20 out. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KUMMER, Mauro José. **Patrimônio público, materiais e logística**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, 2011.

MARTINS, P. G; ALT, P, R, C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MELLO, Carlos H. Pereira et al. **ISO: 9001: 2008: Sistema de Gestão da Qualidade para Operações de Produção e Serviços**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, Guilherme Cardoso; LIMA, Diana Vaz de; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. **Modelo de Processo de Depreciação de Bens Móveis no Setor Público**: um estudo de caso no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro.

O IFSC – Acesso à informação: Relatórios de Gestão. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 26 out. 2019.

O IFSC – Histórico. [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/historico>. Acesso em: 21 out. 2019.

OLIVEIRA, Margere Rosa de; SILVEIRA, Maria A. Cardoso da. **Gestão patrimonial**. Porto Alegre: Famurs, 2002.

PORTAL DA REDE FEDERAL – Histórico. [S. l.], 11 abr. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 10 out. 2019.

RECEITA FEDERAL – Sistema de Normas Gestão da Informação. [S. l.], [2019]. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>. Acesso em 28 out. 2019.

ROCHA, Duílio Reis da. **Gestão da produção e operações**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8ª Ed. São Paulo. Atlas, 2009.

TERRA, José C. Cyrineu. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

TORRES JÚNIOR, Fabiano; SILVA, Lino Martins da. A importância do Controle contábil e extra-contábil dos bens permanentes adquiridos pela administração pública federal. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** – v.8, n.2, p.11-38, 2003.

VICENTE, Ernesto F. Rodrigues; MORAIS, Leandro Morais de; PLATT NETO, Orion A. A Reforma na Contabilidade Pública Brasileira e o Processo de Convergência: Implicações e Perspectivas. **Revista de Informação Contábil**. Recife, v. 6, n. 2, p.01-20, 31 maio 2012.